

Parceria sino-brasileira e a inserção do nordeste na rota dos investimentos chineses

Sino-brazilian partnership and the inserting of the northeast in the route of chinese investments

DOI:10.34117/bjdv7n4-067

Recebimento dos originais: 20/03/2021

Aceitação para publicação: 04/04/2021

Renata Jane Gomes Sarmento

Economista e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: rehjanegs@gmail.com

José Elesbão de Almeida

Doutor em Economia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido - PLANDITES, da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

E-mail: jealmeida17@gmail.com

RESUMO

A China tem apresentado um crescimento econômico extraordinário nas últimas décadas, com taxa média de até dois dígitos ao ano, entre 1990 e 2010, e de cerca de 6,5%, a. a. entre 2010 e 2019. Esse rápido crescimento deve-se a um conjunto de políticas executadas pelo Estado, combinadas à abertura econômica para o resto do mundo, inclusive para o Brasil. A partir de 2010, com a consolidação da estratégia de internacionalização das empresas chinesas e a abrangência dos acordos comerciais, as relações entre esses dois países vivem uma nova etapa com muitos investimentos. No âmbito regional brasileiro, as regiões Sudeste e Nordeste se destacam como as que mais receberam investimento chinês nas duas décadas dos anos 2000. Assim, o objetivo do presente trabalho consiste em discutir sobre as relações Brasil-China, principalmente no que se refere às externalidades econômicas positivas dos investimentos chineses na região nordestina, indicando as áreas de interesse, assim como os setores prioritários. Para a execução do trabalho foram utilizados dados publicados pelo Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), além de vários estudos desenvolvidos por especialistas no tema, bem como artigos de revistas, periódicos e dados da web.

Palavras-Chave: Desenvolvimento, China, Brasil, Nordeste.

ABSTRACT

China has shown extraordinary economic growth in recent decades, with an average rate of up to two digits a year, between 1990 and 2010, and around 6.5%, a. The. between 2010 and 2019. This rapid growth is due to a set of policies implemented by the State,

combined with economic opening to the rest of the world, including Brazil. As of 2010, with the consolidation of the internationalization strategy of Chinese companies and the scope of trade agreements, relations between these two countries are going through a new stage with many investments. In the Brazilian regional scope, the Southeast and Northeast regions stand out as those that received the most Chinese investment in the two decades of the 2000s. Thus, the objective of this paper is to discuss Brazil-China relations, mainly with regard to externalities positive economic results of Chinese investments in the Northeast region, indicating the areas of interest, as well as the priority sectors. For the execution of the work, data published by the Brazil-China Business Council (CEBC), Brazilian Center for International Relations (CEBRI) were used, in addition to several studies developed by specialists on the subject, as well as articles from magazines, periodicals and data from the web.

Keywords: Development, China, Brazil, North East.

1 INTRODUÇÃO

A economia chinesa tem se destacado como uma das mais dinâmicas do mundo, desde o advento da Revolução Cultural, em meados da década de 1960, tendo apresentado taxas médias anualizadas de crescimento de cerca de 10% entre 1990 e 2010, e de 6,5% entre 2010 e 2019, superando em larga escala o desempenho da economia mundial, que cresceu 3% em 2019, embora tenha experimentado um processo de desaceleração nos anos recentes, com crescimento de 6,1% em 2019. Em 2020, devido à crise causada pela pandemia do novo coronavírus, a China teve o pior desempenho econômico, em mais de quarenta anos, com crescimento de 2,3%.

Em 1977, o Produto Interno Bruto (PIB) chinês era de US\$ 800 milhões, saltando para 14,1 trilhões em 2019, em valores correntes, ficando atrás apenas dos Estados Unidos, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI). Se mantido esse ritmo de crescimento acelerado nos próximos anos a China poderá se tornar a primeira economia mundial até 2050.

Embora a grande mudança tenha iniciado nos anos 1960, com Mao Tsé Tung, a arrancada do crescimento econômico só teve impulso mais significativo no governo de Deng Xiaoping, entre 1978 e 1990, sobretudo a partir de um conjunto de reformas liberalizantes, voltadas para abertura da economia e da sociedade chinesas para o resto do mundo, ao que se acrescenta a modernização industrial e agrícola, através de introdução de máquinas e insumos químicos. Esse novo modelo agrícola mudou radicalmente a política predominante no período maoísta de coletivização das terras e produção familiar, permitindo às famílias rurais maior liberdade para produzir e comercializar seus produtos

no mercado, além da concessão de linhas de créditos, permitindo aumento da produtividade e da rentabilidade (LEÃO, 2010, p. 82-4). Essa reforma agrícola foi acompanhada de um processo de descoletivização das terras, mediante concessão por contratos de locação estabelecidos entre os trabalhadores e os governos locais. No entanto, as terras permaneceram sob controle do Estado.

Da mesma forma, a modernização da estrutura industrial empreendida em fins da década de 1970, somada à abertura da economia ao capital estrangeiro foi acompanhada aumento dos investimentos, elevação da renda e da produtividade e de uma gradual melhora no nível de vida da população chinesa, abrindo novas oportunidades e melhoria do padrão de vida da população.

De acordo com dados do *National Bureau of Statistics fo China* (2019), em 1978, mais de 90% da população vivia em situação de extrema pobreza, com menos de US\$ 2 por dia, caindo para 2%, em 2014 e menos de 1% em 2019. O número de pobres residentes no meio rural caiu de 770 milhões em 1978, para 5,5 milhões em 2019, fazendo com que o país abandonasse sua característica agrícola para se transformar em uma economia industrializada e moderna, com mais gente vivendo nas cidades (58% na cidade, contra 48% no campo) (CEBRI, 2019).

A China conseguiu atingir os objetivos definidos na Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, de alívio da pobreza, dez anos antes do previsto, proeza que nenhum outro país do mundo conseguiu alcançar em tão curto espaço de tempo, o que faz da China um exemplo de desenvolvimento humano bem-sucedido, a ser seguido por outros países.

É evidente que o crescimento exponencial do dragão asiático não melhorou apenas a vida do seu povo, mas contribuiu direta e indiretamente para promover melhorias no resto do mundo, inclusive no Brasil, com a abertura de novos mercados para empresas brasileiras e geração emprego e renda para a população.

Nesse contexto, o presente artigo pretende discutir sobre as relações Brasil-China, particularmente no que tange às externalidades econômicas positivas dos investimentos chineses no Brasil e no Nordeste, apontando suas áreas de interesse, bem como os setores de maior interesse na região. O texto está organizado em quatro seções, além desta introdução e das considerações finais e será desenvolvido a partir de levantamento de dados sobre o comércio entre os dois países, particularmente dos relatórios publicados pelo Conselho Empresarial Brasil China (CEBC), pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e tomará como referência, alguns estudiosos do desenvolvimento

e especialistas brasileiros nos estudos sobre o desempenho recente da economia chinesa e suas relações com o Brasil e a região Nordeste.

2 UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA

A China é uma das civilizações mais antigas do mundo e sua história escrita remonta-se há mais de 4 mil anos, sua população em 2017 era de aproximadamente 1,4 bilhão de habitantes, segundo Relatório das Nações Unidas, representando 1/5 da população do planeta Terra.

De acordo com Britto *et al* (2004, p. 2), a República Popular da China (RPC) surgiu depois da inesperada derrubada da Dinastia, em 1911. O novo governo nacionalista (Kuomintang) recebeu ajuda externa da União Soviética, com a condição de que trabalharia em parceria com o Partido Comunista Chinês (PCC). A partir de então, começou a implementação do planejamento centralizado para a consolidação da China. Em 1931, o Japão invadiu o Nordeste da China e estabeleceu um novo governo. As tropas não resistiram ao Japão e lançaram uma acirrada campanha militar contra os comunistas. Não obstante, milhares de pessoas romperam o bloqueio e realizaram a “Longa Marcha”, cuja dimensão compreendia mais de 6.000 milhas até a nova base de Yenan, liderada pelo comunista Mao Zedong.

Segundo assinala Fairbank (2007, p. 284), o “*objetivo da Longa Marcha era encontrar uma nova base territorial na periferia do poder nacionalista semelhante à maneira como os manchus haviam estado na periferia do império Ming*”.

Com 541 milhões de habitantes em 1949, a China apresentava características típicas de um subdesenvolvimento bastante acentuado pela extorsão do império, pelas devastações da guerra, pelos métodos tradicionais, pela fome, pela pobreza, além de hábitos e preconceitos herdados do feudalismo e do seu capitalismo periférico. Em 1958 foi lançado o “Grande Salto para Frente” (GSF), um modelo de política econômica que fez a China uniformizar sua indústria com o ocidente e dividiu os camponeses em grandes comunidades. Não obstante, o resultado das colheitas não se deu de acordo com o esperado, fazendo com que milhões de pessoas morressem por desnutrição e fome generalizada.

De acordo com Fairbank (2007, p. 352), durante a última década de vida de Mao (1966 a 1976) houve um combate político intenso que balançou a China, a chamada

Revolução Cultural (RC), cuja consequência mais imediata foi a disseminação do terrorismo que assustou o mundo e resultou em uma avassaladora destruição daquele país.

Os sobreviventes da “Longa Marcha” do PCC, membros mais antigos do partido, em especial Deng Xiaoping, foram responsáveis pela introdução das reformas liberais que possibilitaram uma extraordinária mudança na China. Além de uma gradual abertura para a economia de mercado, as reformas também contemplaram os setores de educação e saúde, resultando em uma população mais alfabetizada e saudável.

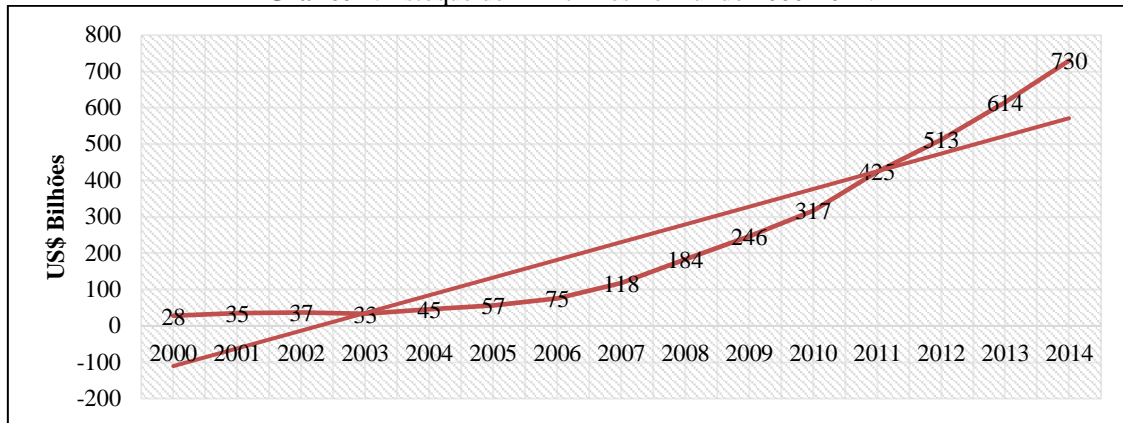
No início das reformas a China ainda era um dos países mais pobres do mundo, com a maioria de sua população vivendo nas zonas rurais, em condições degradantes. As reformas deram início às três transições fundamentais, quais sejam: passou de uma planificação centralizada para uma abertura gradual de sua economia, da agricultura para a indústria e da predominância da sociedade camponesa para a urbanização acelerada.

As reformas tinham o objetivo de criar espaço para a entrada de investimentos externos direto (IDE) no país. Entretanto, a reduzida capacidade de importar tornou-se uma restrição fundamental para o processo de industrialização chinesa. Assim, a China deu início aos investimentos externos com a política de “portas abertas”, através da qual as firmas estatais chinesas começaram a fazer suas primeiras operações internacionais. Por não dispor de uma ampla base de recursos naturais necessários para manter suas altas taxas de crescimento, a China passou a investir na consolidação de uma base internacional de matérias-primas a partir da Austrália, Indonésia, países da África e mais recentemente no Brasil.

Inicialmente, os investimentos chineses no resto do mundo buscaram preferencialmente ativos escassos em seu território para atender à demanda crescente do seu mercado. Um dos problemas estruturais do país sempre foi a falta de matérias-primas para suprir a necessidade de produção e consumo da sua população, o que indica seu grande interesse por *commodities*. Convém salientar que nos anos recentes a China tem intensificado e diversificado seus investimentos em outras áreas como infraestrutura, notadamente na implantação de novas empresas multinacionais industriais, em vários países, articuladas à necessidade de garantir a sustentação da demanda doméstica em variados setores, como máquinas e equipamentos, material de construção, cimento, siderurgia, alumínio, energia eólica e solar, entre outros (SCHERER, 2015).

Essa estratégia de internacionalização da economia chinesa fez com que o estoque de IDE no resto do mundo desse um grande salto, na segunda década do século XXI, passando de US\$ 28 bilhões em 2000, para 246 em 2009 e US\$ 730 bilhões em 2014.

Gráfico 1: Estoque de IDE chinês no mundo 2000-2014.



Fonte: Unctad (2014). (Elaborado pelos autores).

Em princípios dos anos 2000, o objetivo central da expansão internacional do IDE chinês era garantir o acesso às fontes de matérias-primas essenciais à sua produção industrial. Inicialmente, os investimentos foram direcionados aos países limítrofes da Ásia, depois ao Canadá, Austrália, Estados Unidos, expandindo-se, em sequência para o resto do mundo. Nos anos recentes, houve uma dispersão espacial acentuada dos investimentos chineses para a América Latina, que foi aquinhoadada com 11% dos aportes realizados entre 2005 e 2016 (CEBC, 2019a).

3 ABERTURA ECONÔMICA CHINESA E REFORMAS LIBERAIS

As reformas econômicas implementadas pela China após a sua abertura comercial em fins da década de 1970 resultaram em ampliação das perspectivas de comércio não só para aquele país, mas para muitos outros, entre eles o Brasil. A expansão comercial da China representou para diversos países do mundo uma alternativa importante para a importação e exportação, proporcionando aos consumidores dos países envolvidos no intercâmbio comercial o acesso a produtos bastante sofisticados e de baixo custo fabricados pelos chineses.

Embora a relação comercial entre Brasil e China remonte-se a um longo período histórico, para efeitos deste artigo, importa destacar apenas que foi somente a partir dos anos 2000, que ocorreu uma intensificação da corrente de comércio entre esses dois países, notadamente de produtos básicos.

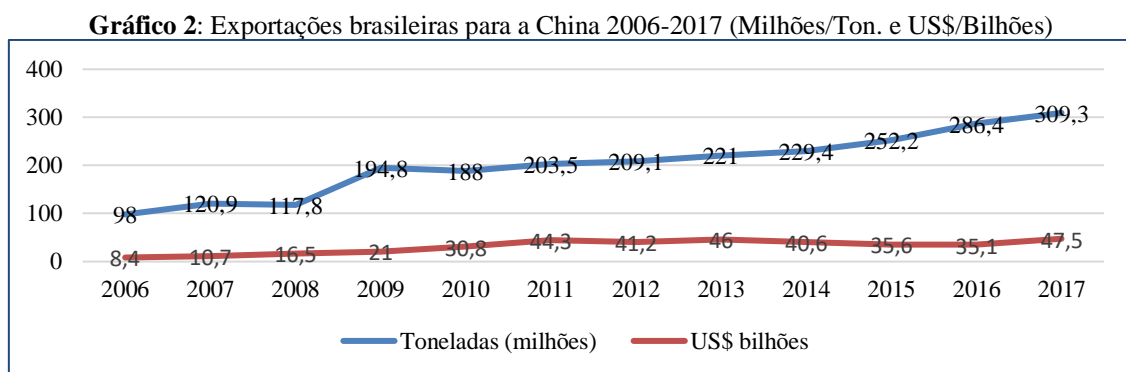
Uma análise sobre a composição da pauta de comércio entre Brasil e China revela que esta é formada majoritariamente de produtos básicos, os quais representavam 68% das exportações em 2003, passando para 89% em 2018. Enquanto isso, as exportações de produtos industrializados declinaram acentuadamente, caindo de 50% para 16%, no

referido período. Entre 2000 e 2018, a corrente de comércio entre os dois países deu um salto gigantesco, passando de US\$ 2,3 bilhões para US\$ 98,6 bilhões (CEBC, 2019b, p. 22-3).

Em relação às importações brasileiras da China, pode-se constatar que mais de 90% em 2000 eram constituídas de produtos industrializados, aumentando em seguida, para 92% em 2010 e 98,2% em 2018, o que faz da China o principal fornecedor das importações brasileiras (2019b, p. 24). Cabe ressaltar que essa situação marca uma relação de intercâmbio desigual e assimétrica, em desfavor do Brasil, em termos de composição de valor agregado.

Em 2007 o Brasil já figurava como um dos dez maiores exportadores para o mercado chinês, e representava cerca de 2,0% das importações daquele país. Entre 1974 e 1979 o valor aumentou mais de 12 vezes, passando de US\$ 17,42 milhões para US\$ 216 milhões. Em 1994 atingiu US\$ 1,494 bilhão, chegando a 3,698 bilhões em 2001. Ao longo de vinte anos (1987 a 2007), apesar de momentos de arrefecimento, a balança comercial entre Brasil-China, em geral, foi favorável ao Brasil. A rigor, o intercâmbio comercial entre Brasil e China vem aumentando acentuadamente desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio, em 2001.

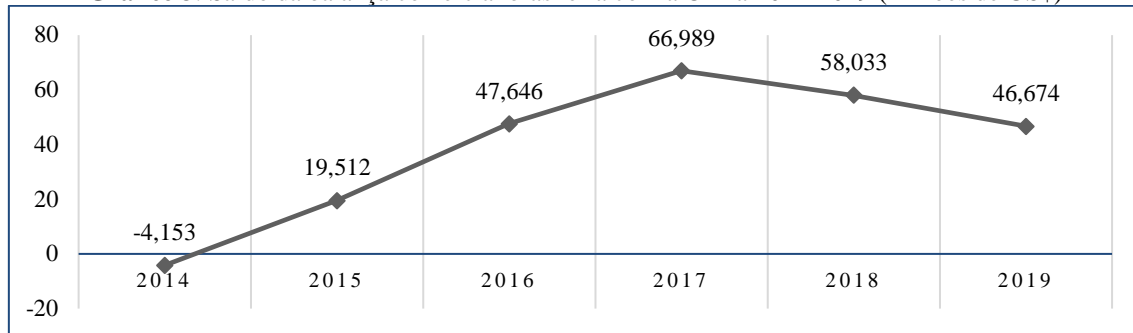
Nas duas primeiras décadas do século XXI, o intercâmbio comercial do Brasil com a China ganhou ímpeto, com crescimento acelerado das exportações para aquele país, como podemos perceber no gráfico 2 abaixo.



Fonte: Conselho Empresarial Brasil China (2019a). (Elaborado pelos autores).

Ao longo dos anos 2000 a relação comercial sino-brasileira avançou e os ventos têm soprado a favor do Brasil, com grandes saldos na balança comercial brasileira, conforme se ver no gráfico 3 abaixo.

Gráfico 3: Saldo da balança comercial brasileira com a China 2014-2019 (Bilhões de US\$)



Fonte: Conselho Empresarial Brasil China (2019a). (Elaborado pelos autores).

A partir da segunda década do século XXI, a cobiça dos chineses por *commodities* brasileiras e mundiais aumentou de maneira exponencial, principalmente por minerais, petróleo e derivados, soja, alimentos e bebidas, além de bens intermediários e bens de consumo, visando atender à demanda ascendente existente naquele país, razão pela qual as empresas chinesas passaram a investir pesadamente no resto do mundo, inclusive no Brasil, na aquisição de terras (para a produção de alimentos) e em parceria com empresas nacionais. O Brasil, que representava 3,5% dos investimentos chineses confirmados entre 1990 e 2009, elevou essa participação para 62,7% em 2010.

Nos últimos anos, a China se tornou um dos países que mais tem investido no resto do mundo, por meio de uma política de financiamento de suas empresas para realizarem investimentos direto no exterior. Como dizem Cintra e Pinto (2017, p. 394), a “*internacionalização do capital chinês por meio do investimento direto estrangeiro (IDE), sobretudo após a crise de 2008, constitui um dos fenômenos empresariais mais profundos das últimas décadas*”.

A consolidação da internacionalização das empresas chinesas, somada à crescente entrada dos investimentos diretos chineses no Brasil mostram uma nova fase na relação sino-brasileira, inclusive com diversificação e ampliação no âmbito regional, sobretudo na busca de aproveitamento de vantagens comparativas regionais, como o caso das regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste.

No que tange à localização espacial dos investimentos chineses, destaca-se o Nordeste como a segunda região brasileira mais receptora de investimentos provenientes de empresas chinesas, ficando atrás apenas da região Sudeste do país e empatada com o Centro Oeste em número de projetos. Se cuidadosamente planejados e bem coordenados, esses investimentos podem colocar a região nordestina na rota do desenvolvimento, com a geração de emprego e renda e acesso às tecnologias de alta e média complexidade tecnológicas, podendo potencializar a competitividade da região.

Podemos observar que os investimentos nos diferentes estados do Nordeste foram atraídos principalmente pelas cidades com melhor infraestrutura de transportes, comunicação e logística e maior dinamismo econômico, como Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, por exemplo, indicando uma concentração nas áreas que apresentam vantagens comparativas, em termos de recursos naturais e oferta de mão de obra.

4 INVESTIMENTO DIRETO DAS EMPRESAS CHINESAS NO BRASIL

Os primeiros contatos do governo brasileiro com a China iniciaram ainda no final do século XIX, com a pretensão de trazer mão-de-obra para atender à demanda por força de trabalho, principalmente na atividade cafeeira. Porém, o projeto de imigração chinesa não se concretizou, pois o governo chinês recusou as propostas feitas pelo Brasil, tendo em vista que a escravidão ainda não havia sido totalmente abolida (VILLELA, 2004).

Na área política o Brasil foi o primeiro país em desenvolvimento com quem a China estabeleceu uma parceria estratégica. Além das perspectivas positivas da aproximação política entre os dois países observa-se também um aspecto positivo do lado do relacionamento econômico, notadamente com a abertura de uma perspectiva de cooperação científico-tecnológica, o que poderá trazer avanços significativos para a economia brasileira, em termos de economia de escala, tendo em vista que o país necessita da poupança externa para ampliar seus investimentos em setores da alta complexidade.

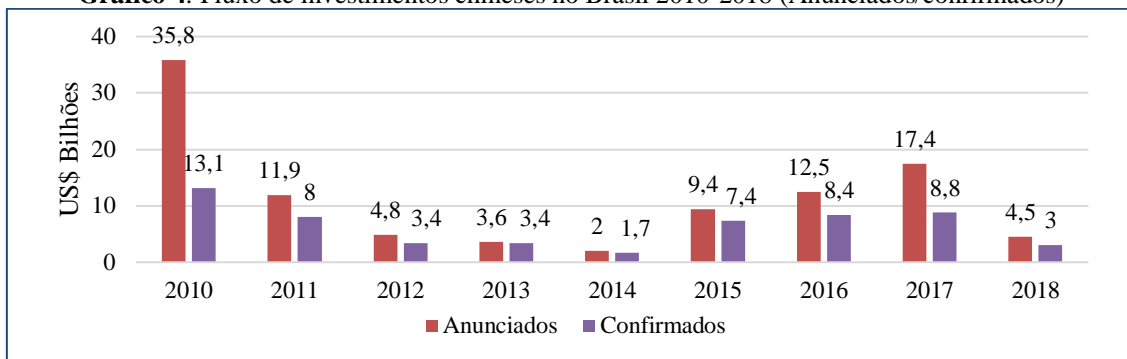
Até o início dos anos 2000, os investimentos chineses no Brasil não representavam volume significativo, consistindo apenas em pequenas inversões orientadas pelo planejamento estratégico pontual das empresas chinesas. O Brasil representava ainda uma fronteira a ser alcançada pelos interesses chineses. Em 2010 Brasil e China selaram importantes passos para consolidar e aprofundar uma parceria estratégica, com a assinatura do Plano de Ação Conjunta 2010-2014, o qual conferiu um significado especial para a consolidação de uma parceria estratégica sino-brasileira (CEBC, 2011).

Os primeiros investimentos chineses realizados no Brasil foram canalizados basicamente para a produção de *commodities*, tendo em vista a grande necessidade daquele país por petróleo, minério e soja, produtos que constituíam a maior parte da pauta de exportações brasileiras para o país asiático, até os anos recentes. Entre 2011 e 2013, os chineses ampliaram e diversificaram investimentos para várias outras áreas, principalmente industrial e de serviços, além de participação acionária no setor bancário, com foco no mercado consumidor brasileiro. A partir de 2014, os aportes de investimentos dirigiram-se para as áreas de tecnologia, infraestrutura, máquinas e

equipamentos, telecomunicações, automóveis e aparelhos eletrônicos, produção e distribuição de energia elétrica e gás, além de bens intermediários e de capitais (CEBC, 2019a, p. 9).

Segundo dados do CEBC (2019a), o volume de investimento chinês confirmado no Brasil somou US\$ 57,2 bilhões, entre 2010 e 2018, conforme se ver no gráfico 4 abaixo. Por outro lado, dados da UNCTAD (2019) indicam que esse estoque atingiu US\$ 61 bilhões de 2018. No que se refere à quantidade de projetos anunciados e confirmados, chega-se a um total de 199, no mesmo período. Se forem considerados apenas os projetos confirmados no Brasil, constata-se que desse total, 145 foram realizados, o que significa que 73% se concretizaram, confirmando os interesses das empresas chinesas pelo país.

Gráfico 4: Fluxo de investimentos chineses no Brasil 2010-2018 (Anunciados/confirmados)



Fonte: Conselho Empresarial Brasil China (2019a). (Elaborado pelos autores).

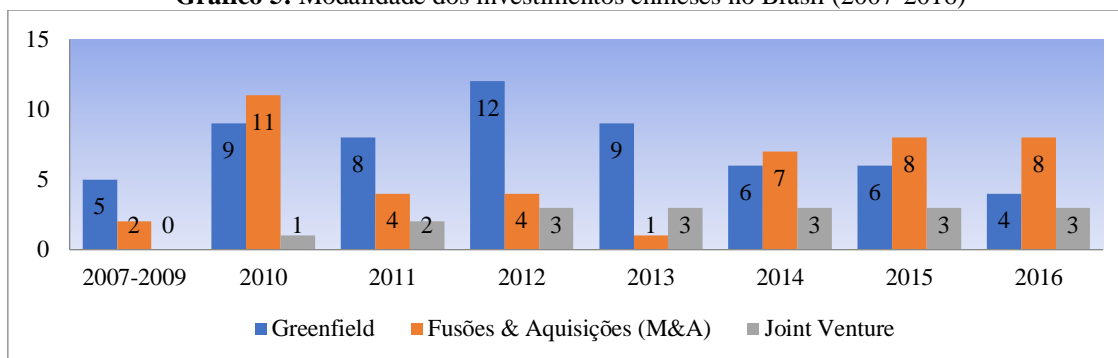
No que concerne aos fatores determinantes dos investimentos chineses no Brasil, podemos observar que são pautados por duas estratégias básicas: a primeira consiste na busca por matérias primas e energia para garantir o sustento de suas fábricas, além de produtos alimentícios e insumos industriais. A segunda estratégia está relacionada à ocupação de mercado, notadamente na produção de veículos automotores, eletrônicos e máquinas e equipamentos, além de serviços bancários.

Observando o histórico da entrada dos investimentos chineses no Brasil, nos anos recentes, verifica-se uma ampliação e diversificação dos mesmos para várias áreas e setores da economia, mediante abertura de novos empreendimentos, bem como fusões e aquisições que correspondem a maioria dos projetos instalados no país.

O modo de entrada por fusões e aquisições, se mostra como a forma mais efetiva de inserção de empresas chinesas no Brasil, na medida em que permite o controle de ativos já maduros no mercado doméstico. Vale destacar que diferentemente de anos anteriores, quando a aquisição da operação brasileira fazia parte de uma aquisição global

(como no caso da compra da Pirelli pela ChemChina), essas operações recentes são especificamente voltadas ao mercado brasileiro (CEBC, 2016).

Gráfico 5: Modalidade dos investimentos chineses no Brasil (2007-2016)



Fonte: CEBC (2016). (Elaborado pelos autores).

O gráfico 5 acima apresenta a evolução da quantidade de projetos de empreendimentos chineses em três grandes frentes, com destaque especial para fusões e aquisições, seguido por investimentos em *greenfield* e *joint venture*, no período de 2007 a 2016. Vale salientar que a China também vem atuando intensamente em projetos e ações voltados para a Agenda dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas, na busca por um mundo mais justo, mais digno, inclusivo e sustentável notadamente em energias renováveis, segurança alimentar, oportunidades de aprendizagem, e busca de uma vida saudável para todos. Como dizem Tioffi e Simon (2021, p. 3), a preocupação com a sustentabilidade, tem feito com que cada vez mais as empresas incorporem ações sustentáveis em seus planos de negócios.

5 INVESTIMENTO DIRETO CHINÊS NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

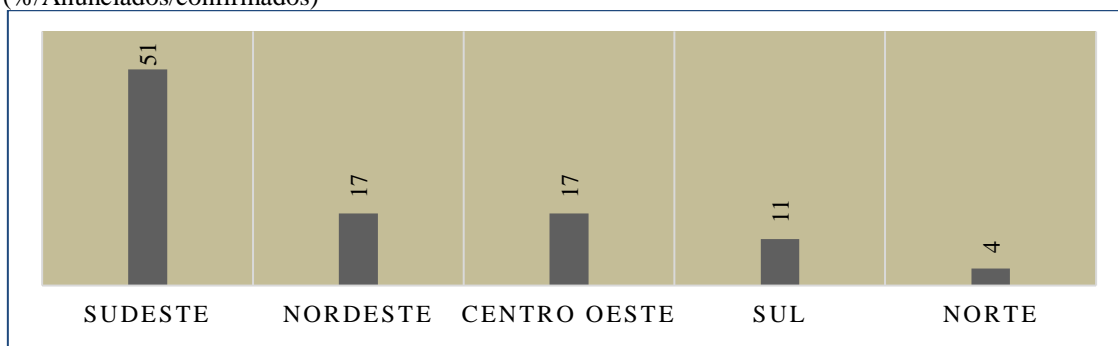
O Nordeste brasileiro vem se destacando em investimentos chineses no país, ficando atrás apenas do Sudeste, região que recebe maior volume de investimentos chineses, tendo participado com 51% dos investimentos (anunciados e confirmados), enquanto o Nordeste e Centro Oeste, foram contemplados com 34% (CEBC, 2017). Esses dados vêm demonstrando que a visão conservadora que prevalecia no Nordeste, como região problema, da seca e da miséria, vem se modificando há algum tempo, tendo se tornado bastante promissora para grandes aportes financeiros, capaz de assegurar retornos favoráveis para os investimentos empresariais, nacionais e estrangeiros.

A propósito da diversificação dos investimentos chineses no Brasil, a empresa chinesa China Unicom anunciou recentemente um ambicioso projeto na área de

telecomunicações, informando à prefeitura de Fortaleza (no Ceará) que dará início à fase de licenciamentos e registros para instalações do cabo submarino de fibra óptica que ligará o Ceará a Camarões. Já a empresa CBSteel anunciou em um memorando que foi assinado com o governo brasileiro com o intuito de investir na construção de uma siderúrgica no Maranhão.

No gráfico 6 abaixo temos a distribuição regional dos investimentos chineses no Brasil em 2017, em que a região Sudeste lidera sozinha os aportes financeiros, pelas condições mais favoráveis apresentadas, em termos de mercado consumidor, infraestrutura de transporte e comunicação, logística e economia de escala.

Gráfico 6: Distribuição geográfica dos investimentos chineses no Brasil por Região 2017 (%/Anunciados/confirmados)



Fonte: CEBC (2019a). (Elaborado pelos autores).

Vale ressaltar que embora o Nordeste esteja *pari passu* com o Centro Oeste, em termos de realização de empreendimentos, a região nordestina leva certa vantagem sobre aquela, com relação à quantidade de projetos realizados ao longo de 2007 e 2018.

Em 2018, o estado de São Paulo foi a unidade federativa que liderou isoladamente o aporte em projetos concretizados no país, com 34% dos investimentos, já Minas Gerais ficou com 11%, Rio de Janeiro com 6% e Espírito Santos com 3%, ao passo que os estados do Nordeste, foram aquinhoados com apenas 9% do total, sendo 3% em Pernambuco, 3% no Maranhão e 3% no Piauí. Nessa mesma categoria, o Centro Oeste se sobressaiu bem, como 17% dos projetos confirmados em 2018, sendo Mato Grosso com 8%, Goiás com 6% e Mato Grosso do Sul, com 3%. A região Norte ficou com 17% dos projetos realizados naquele ano, sendo 11% localizados no estado do Pará e 6% em Tocantins.

No período de 2007 a 2018, a região Sudeste se sobressaiu com 51% no quantitativo de projetos confirmados, enquanto o Nordeste foi contemplado com 17%, Centro Oeste com 14% e a região Norte com 11% dos empreendimentos confirmados (CEBC, 2019a, p. 16).

Podemos observar que a capacidade de atração de investimentos nos diferentes estados do Nordeste está, de certa forma, relacionada com as vantagens comparativas locais, com o tamanho da economia, capacidade de geração de externalidades positivas e potencialidades de desenvolvimento local, tendo em vista que os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão, com infraestrutura mais avançada, foram os que receberam maiores aportes de investimentos chineses no período de 2007 a 2018.

Vale ressaltar que as perspectivas para os próximos anos, tomando por base os investimentos anunciados pelos chineses no Brasil, são de que a região nordestina seja palco de grandes aportes financeiros por parte de empresas das empresas daquele país. A propósito, considerando o volume de investimentos anunciados em 2019, em que pese a região Sudeste ter saído na dianteira isoladamente, com 39,3% dos investimentos, pelas condições mais favoráveis em termos de mercado consumidor, infraestrutura de transporte, comunicação, logística, economia de escala e potencial de geração de externalidades positivas. Não obstante, por conta das características locais favoráveis, as regiões Centro Oeste, Nordeste, Sul e Norte, foram contempladas, respectivamente, com 22,8%, 20,6%, 12% e 5,3%, dos investimentos anunciados (RENAI, 2020, p. 12-4). Praticamente todos os estados do Nordeste receberam indicações de aportes financeiros por parte de empresas chinesas, com destaque para a Bahia (6,5%), Rio Grande do Norte (3,7%) e Pernambuco (3,5%).

Deve-se acrescentar que nos anos recentes tem ocorrido uma maior diversificação dos investimentos chineses no Brasil. Se antes, os setores priorizados eram agricultura, mineração e petróleo, para responder demandas específicas das empresas chinesas, a partir da segunda década dos anos 2000, o foco passou a ser o setor de serviços, notadamente transporte, telecomunicações e serviços bancários, além de indústria e eletricidade. Nesse último caso, vale enfatizar a prioridade reservada para produção de energia renovável, principalmente eólica e solar. Nesse particular, estados como o Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia têm atraído volumosos investimentos.

A título de exemplificação da mudança setorial na rota dos investimentos chineses no Brasil, no início dos anos 2000, os setores de petróleo, mineração e agricultura, representavam, respectivamente 25%, 7% e 3%, dos aportes financeiros. Já em 2019, somente o segmento de eletricidade, foi responsável por 45% no valor total dos investimentos no país (Brasil, 2019, p. 12).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar ao longo do texto, o intercâmbio entre Brasil e China vêm crescendo aceleradamente nas últimas décadas, assumindo uma característica de complementaridade entre as duas economias. Nesse contexto, o Brasil tem se sobressaído frente ao resto do mundo em termos Investimento Direto Externo, ou seja, o país tem sido destino principal da maior parte dos investimentos realizados por empresas chinesas fora do seu território, com diversificação setorial e espacial, para várias áreas, desde o setor de *commodities*, passando por serviços e indústrias. No âmbito regional, o Nordeste brasileiro tem ganhado destaque nos últimos anos, sendo a segunda região que mais atraiu investimentos no Brasil, ficando atrás apenas da região Sudeste e, em paralelo com o Centro Oeste. Observamos também que os estados do Nordeste que receberam maior volume de investimentos foram aqueles onde já existia uma economia mais dinâmica, melhor infraestrutura de transporte, logística e comunicação, além de vantagens comparativas em determinados setores, como Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão. A propósito disso, vale a pena observar o que assinalou Myrdal (1972), acerca do efeito difusão, onde forças centrífugas levam ao transbordamento do impulso do desenvolvimento para as regiões atrasadas, permitindo assim, a saída das áreas mais avançadas para as mais atrasadas.

Observou-se que as áreas de interesse dos chineses estão divididas em três setores e etapas. Na primeira fase, os investimentos foram canalizados para produção de matérias primas (minérios de ferro e aço), alimentos, petróleo e gás, visando atender à demanda crescente por esses recursos. Posteriormente, foi se verificando uma maior diversificação dos projetos, cujo interesse esteve voltado para o mercado consumidor brasileiro, notadamente, para a produção de veículos automotores, eletrônicos, máquinas e equipamentos e na área de infraestrutura. Mais recentemente, os bancos chineses se estabeleceram no país adquirindo participação acionária em bancos brasileiros ou internacionais já em operação no Brasil. Nessa fase recente tem se verificado uma maior dispersão setorial e até certo ponto espacial, embora a região Sudeste do país concentre a maior fatia dos investimentos chineses, enquanto o Nordeste fica em segunda colocação em termos de localização dos investimentos chineses.

Pode-se aduzir que os investimentos chineses podem abrir oportunidades para impulsionar o crescimento econômico, expandir o emprego e acelerar o desenvolvimento de certas regiões brasileiras, notadamente, no Norte, Nordeste e Centro Oeste, caso os governos dos estados atuem efetivamente na coordenação e orientação desses

empreendimentos procurando tirar proveito eficiente dessas oportunidades. Nesse particular, cabe enfatizar o que assinalou Perroux (1967) chamando à atenção sobre a dinâmica do crescimento, uma vez que ele não surge em toda parte ao mesmo tempo, mas de forma variável, em diferentes polos de crescimento, e em seguida se propaga em vias diferentes e com efeitos diferentes. O Brasil depende não somente de poupança externa para acelerar os investimentos, mas também de tecnologia para aumentar a produtividade, melhorar a competitividade, criar economias de escalas e os chineses têm o capital necessário, têm tecnologia de ponta e uma cobiça voraz, tanto pelos recursos naturais e minerais do país, quanto pelo mercado consumidor em expansão. Resta, portanto, inteligência, habilidade e ousadia para saber tirar proveito dessas oportunidades e não apenas atuar na complementaridade da acumulação de capital em favor de empresas chinesas.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, A. de F.; MENDES, R. C. **As Relações econômicas entre Brasil e China: Uma parceria difícil.** Janeiro-2006. Disponível em: www.observatoriosocial.org.br. Acesso em: 13 de maio, 2019.
- BARBOSA, R. “O modelo chinês de desenvolvimento”. **O Estado de São Paulo.** Disponível em: <https://opinioao.estadao.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2019.
- BRASIL. Ministério da Economia. **Boletim de Investimentos Estrangeiros**, ano 3, jul.-set. 2019.
- BRITTO, R. de P.; BRUNHARA, A. J; BRITTO, E. M. de O. **China e Brasil, parceiros ou concorrentes no comércio internacional?** Disponível em: www.ead.fea.usp.br. Acesso em 15 de junho, 2019.
- CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil - Uma nova fase da relação Brasil-China**, maio, 2011.
- CEBC. **Uma análise dos Investimentos Chineses no Brasil 2007-2012**, junho, 2013.
- CEBC. **Boletim de Investimentos Chineses no Brasil 2012-2013**, março de 2014.
- CEBC. **Investimentos Chineses no Brasil - Uma nova fase da relação Brasil-China**, maio, 2016.
- CEBC. **Oportunidade de Comércio e Investimento na China**, abril de 2018.
- CEBC. **Investimentos chineses no Brasil 2018**, junho de 2019a.
- CEBC. **O Futuro da China e as Oportunidades para o Brasil**, setembro de 2019b.
- CEBRI. **China-Brasil: O Estado da Relação**, outubro de 2019.
- CHANG-SHENG, S. **Interações entre Mao e os guardas vermelhos na revolução cultural.** Diálogos, DHI/PPH/UEM, v. 9, n3, 2005. Disponível em: www.uem.br. Acesso em 20 de maio, 2019.
- CINTRA, M. A. M.; PINTO, E. C. “China em transformação: transição e estratégias de desenvolvimento”. **Revista de Economia Política**, vol. 37, nº 2, abril-junho, 2017.
- CUNHA, A. M. ACIOLY, L. China: Ascensão á condição de potência global – características e implicações. In: CARDOSO JUNIOR, J. C. *et al.* (Org). **Trajetórias recentes de desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas.** Brasília: IPEA, 2009.
- COGUETO, J.V; SHISHITO, A.A. **Formação territorial da região Nordeste do Brasil: uma perspectiva espacial, ideológica e política.** Acesso em 10 de junho, 2019.
- FAIRBANK, J. K. **China: uma nova história.** 2 ed. Porto Alegre: L&PM, 2007.

HOLLAND, M; BARBI, F. **China na América Latina: uma análise da perspectiva dos Investimentos Diretos Estrangeiros**. Março 2010. Disponível em: www.cebc.org.br Acesso em 10 de junho, 2019.

JABBOUR, E. **China: infraestrutura e crescimento econômico**. São Paulo: A. Garibaldi, 2006.

LEÃO, R. P. F. **O padrão de acumulação e o desenvolvimento econômico da China nas últimas três décadas: uma interpretação**. Campinas: UNICAMP, 2010. Dissertação de Mestrado.

MARQUES, E. **O Milagre Econômico da China: paralelo entre o crescimento brasileiro e o chinês**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2009.

MEDEIROS, C. A. Economia e política de desenvolvimento recente na China. **Revista de Economia Política**, vol. 19, n. 3, 1999.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1972.

National Bureau of Statistics of China, 2019. Disponível em: <http://www.stats.gov.cn/enGLISH/>

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Helder, 1967.

RENAI. Rede Nacional de Informações sobre Investimentos. **Panorama de anúncios de investimentos no Brasil**. Brasília, abril de 2020.

SCHERER, André L. F. (2015) “A nova estratégia de projeção geoeconômica chinesa e a economia brasileira”, **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 129. Curitiba: IPARDES, jul.-dez. 2015.

TIOSSI, F. M.; SIMON, A. T. “Economia Circular: suas contribuições para o desenvolvimento da Sustentabilidade”. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v.7, n. 2, feb. 2021.

UNCTAD. United Nations Conference on Trade and Development. **World Investment Report 2014**. New York and Geneva, 2014.

VILLELA, E. V. M. As relações comerciais entre Brasil e China e as possibilidades de crescimento e diversificação das exportações de produtos brasileiros ao mercado consumidor chinês. 2004. Disponível em: www.pucsp.br. Acesso em: 15 de maio de 2019.